



ACÓRDÃO Nº1349/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11773/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal do Trabalho, Empreendedorismo e Inovação – SEMTEPI.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Marco Antônio de Lima Pessoa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4236/2022-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal do trabalho, Empreendedorismo e Inovação - SEMTEPI. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal do Trabalho, Empreendedorismo e Inovação-SEMTEPI, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade do Senhor **Marco Antônio de Lima Pessoa**, Secretário Municipal do Trabalho, Empreendedorismo e Inovação - SEMTEPI e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal do Trabalho, Empreendedorismo e Inovação - SEMTEPI.
- 10.2. **Dar quitação** ao Senhor **Marco Antônio de Lima Pessoa**, Secretário Municipal do Trabalho, Empreendedorismo e Inovação-SEMTEPI e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002-RITCE;
- 10.3. **Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades,



ACÓRDÃO Nº1349/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

em futuras prestações de contas:

10.3.1. Ausência de acompanhamento do controle interno, em atenção aos arts. 31, *caput* 70 e 74, *caput*, incisos e §1º, da Constituição da República, arts. 39 e 45, da Constituição Estadual, art. 76, da Lei nº 4.320/64, art. 59, da LC 101/2000, arts. 43 a 47, da Lei nº 2.423/96 e Resolução TCE nº 09/2016;

10.3.2. Não houve o pagamento dos restos a pagar do exercício. Enfatiza-se que tais pagamentos devem observar a ordem cronológica dos pagamentos, em atenção ao art. 5º da Lei nº 8.666/93;

10.3.3. Ausência do encaminhamento dos documentos que comprovem que os serviços foram realizados e ausência de esclarecimentos sobre o que se trata tal despesa (por inexigibilidade de licitação), bem como a aptidão técnica da empresa escolhida. E ausência de esclarecimentos sobre a necessidade dessas despesas, encaminhando documentos que comprovem o acompanhamento do Responsável para esses serviços (Fiscal do Contrato), em atenção à Lei nº 8.666/1993;

10.3.4. Ausência de Parecer Jurídico aprovando a minuta dos contratos acima elencados, como prevê art. 30, IX, do Decreto nº 5.450/2005 e do o art. 38, parágrafo único, da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93 e suas alterações, sob pena de incorrer em grave infração à norma legal;

10.3.5. Ausência de documentação relativa à qualificação econômico-financeira, a fim de comprovar a capacidade das contratadas à prestação dos serviços solicitados, conforme Art. 31, I, II, III da Lei nº 8.666/93 c/c §§2º, 3º, 4º e 5º, deste mesmo artigo, sob pena de incidir em grave infração à norma legal;

10.3.6. Ausência de Ato designatório de representante de contrato que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos contratos acima elencados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes como determina §1º e §2º do art. 67 da Lei nº 8.666/93, sob pena de incorrer em grave infração à norma legal;

10.3.7. Ausência de comprovação da realização dos serviços, conforme dispõe o art. 58, inciso III c/c art. 66 *caput* e art. 67 *caput* e §1º da Lei;

10.3.8. Ausência da Relação dos Contratos, dos Convênios e respectivas prestações de contas, ajustes e congêneres, e seus Aditivos, firmados no exercício, mencionando número do ajuste, data, partes, objeto, valor, modalidade da licitação, em atenção à Lei nº 8.666/93 c/c Resolução n 04/2002-RI/TCE/AM.



ACÓRDÃO Nº1349/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de agosto de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Josué Cláudio de Souza Neto.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição